

Os Acordos de Basiléia, a ocorrência das crises e seus impactos econômicos e sociais no Brasil: uma análise DOCUMENTAL entre OS anos 2003 e 2017

Thiago Soares Risso Possas
Universidade Federal Fluminense
thiagorriso@id.uff.br

Julio Vieira Neto
Universidade Federal Fluminense
julion@id.uff.br

RESUMO: Objetiva-se neste artigo analisar os Acordos de Basileia, que mesmo tendo sido revistos constantemente não estão prevendo e/ou suprimindo as perdas provenientes dos colapsos financeiros. Aborda-se adicionalmente a ocorrência das crises, entendendo-as como processos estruturais das economias capitalistas, por conta de seus ciclos e flutuações provenientes da produção, bem como suas consequências econômicas e sociais. A opção por medidas para estender ou reduzir a amplitude dos ciclos tem relação direta com a vida das pessoas, portanto, a condução econômica dos governantes em seus mandatos necessita de constante acompanhamento popular. O trabalho desenvolveu-se a partir da revisão da literatura associada a uma pesquisa documental onde sob a ótica do crédito, do risco de crédito, e dos tratados de Basileia, a ocorrência das crises e seus impactos nos indicadores econômicos e sociais. A partir dos resultados obtidos nas aferições dos indicadores econômicos, como o crescimento do PIB e a taxa de desemprego, e sociais, índice de Gini e IDH, evidenciou-se no intervalo, entre 2003 e 2013, crescimento econômico e social do Brasil, e que a elaboração e execução de políticas anticíclicas pelo governo brasileiro após a crise de 2008 asseguraram a continuidade do processo de redução das desigualdades sociais e econômicas.

Palavras-Chaves: Crise. Crédito. Basileia. Desenvolvimento. Finanças.

ABSTRACT: This article aims at the Basel Accords, which, even though they have been revised, have not been maintained and / or suppressed as the leaves of financial collapse. It also covers capital operations, the ways of making the finances of capitalists, on account of their cycles and fluctuations, production, as well as economic and social consequences. The option for measures to extend or make a range of cycles of their relations with the frequency of popular movements is popular. The work was developed from a review of the literature associated with a documentary research of data and a research on the credit crisis, the incidence of risk and the problems of Basel. deadlines and social. From the results obtained in the measurements of the indicators, GDP growth and unemployment rate, of the social, Gini and HDI indexes, without interval between 2003 and 2013, economic and social growth of Brazil, and that the elaboration and execution Of anti-cyclical policies against the Brazilian government after the 2008 crisis, in order to reduce social and economic inequalities.

Keywords: Crisis. Credit. Basel. Development. Finance

1.Introdução

A conceituação das crises econômicas como processo estrutural das economias capitalistas, tornou-se amplamente aceita entre os autores, pois os ciclos econômicos alternam ao longo do tempo períodos de crise e expansão econômica. Fontes (2017, p. 411) aponta que as “crises de superprodução renovam a produção da miséria, pelo desemprego, pela destruição de bens de uso que não se converteram em mercadorias”.

Para Longbrake e Rossi (2011) as políticas procíclicas aprofundam os movimentos de expansão e declínio da atividade econômica, já as anticíclicas reduzem o acúmulo nos períodos de assimetria, reduzindo assim a extensão dos ciclos. Mannasso (2003) versa o caráter procíclico do sistema financeiro, dado que nos intervalos de expansão há uma potencialização do crédito, e significativa redução em tempos de desestabilização.

O sistema financeiro, elemento central da sociedade de mercado, onde praticamente tudo tem preço e pode ser vendido ou comprado, reduziu as relações interpessoais e coletivas, incentivando o fenômeno, popularmente chamado de “pejotização” da vida. De acordo com Santos (2008, p. 69) este fenômeno “encontre-se presente em diversos setores econômicos e ramos de atividade, [...], como nas áreas médicas, de informática, indústria de entretenimento e de veículos de comunicação”.

Para Diniz (2010) constata-se ser primordial o investimento no capital humano, por meio da educação e criação, como forma de propiciar a inovação tecnológica fundamental para o fomento do crescimento e desenvolvimento econômico. Neste sentido o crescimento possui relação com a disponibilidade de financiamento, portanto mostra-se necessário acompanhar os processos e as operações dos bancos, já que uma incorreta qualificação, quantificação e precificação de um ou mais riscos, pode resultar em uma grave crise, como foi a de 2008.

Os resultados dos indicadores econômicos e sociais possibilitam uma série de análises e interpretações acerca do acentuado crescimento econômico vivido no Brasil entre 2003 e 2013. Entre 1950 e 1960, diversos países subdesenvolvidos atingiram o crescimento

estipulado pela ONU, todavia não se identificou avanços significativos na qualidade de vida nestes países (TODARO, 1997).

Portanto, busca-se analisar neste trabalho, os acordos de Basiléia, pois surgiram como avanços na sustentabilidade do sistema financeiro, à partir da rigidez quanto a qualidade dos ativos e as boas práticas de gestão e concessão de crédito, mas que não têm previsto e/ou suprimido as perdas proveniente das crises. Abordou-se também o risco de crédito e a conjuntura econômica. Ressalte-se nesta pesquisa a delimitação temporal do estudo que tange o período de análise de 2003-2017, pois neste ínterim pode-se observar: crescimento acentuado, crise internacional, recuperação econômica e declínio da economia por conta do cenário nacional.

2. Revisão da literatura

2.1 Acordos de Basiléia

Em meados da década de 1970, os países do G-10 (Grupo dos dez maiores países), diante do momento de crise ocorrida por conta da liberação das taxas de câmbio, que ocasionou uma forte volatilidade no mercado, criaram o Comitê de Regulamentação Bancária e Práticas de Supervisão no Banco de Compensações Internacionais (CARVALHO, 2011).

O Comitê formula diretrizes mínimas de supervisão a fim de possibilitar estabilidade e eficiência nas operações financeiras, porém, não possui força legal, os acordos emitidos devem ser implementados pelas autoridades nacionais. As dificuldades provenientes da atuação limitada do comitê, no que tange à implementação de suas recomendações, e as distintas motivações dos reguladores locais na construção e gestão de seus mercados para serem internacionalmente competitivos, são fatores que por vezes ameaçam a eficácia das medidas. Acerca do colapso de 2008, Greenspan (2013, p.6) afirma que

apesar da ruptura de nossos sofisticados modelos de gestão de riscos e apesar do fracasso das agências de classificação de risco, o sistema financeiro teria resistido se o terceiro baluarte contra a crise, o sistema regulatório, tivesse funcionado de forma eficiente.

Krugman (2009, p. 170) defende que “a verdadeira causa da crise, portanto, foi a desregulação: a revogação de leis que já existiam e a não criação de leis que deveriam controlar a crescente financeirização”.

Com o propósito de reforçar a solidez e a estabilidade, o Acordo de Basiléia (Basiléia I) foi celebrado em 1988, e dividia as atribuições entre regulador e regulado, na definição de mecanismos de mensuração do risco proveniente das operações de crédito, e do estabelecimento de uma exigência de capital mínimo. Conforme o Comitê de Basiléia, BCBS (2000), o “risco de crédito pode ser definido de uma maneira simples como a possibilidade de um tomador ou contraparte de um banco não honrar suas obrigações nos termos pactuados”.

A atualização do acordo proposta em 1996 trazia ao debate, o capital mínimo requerido, o risco de mercado e um colchão adicional de capital. Segundo Assaf Neto (2011), entende-se risco de mercado como sendo a possibilidades de perdas a partir das variações dos preços de um ativo no mercado. As orientações acerca dos controles internos e condutas ética e legal nos processos realizados pelos bancos referendam a ideia de que os mercados financeiros não são estáveis. Portanto, “é tarefa da supervisão assegurar que os bancos operem de maneira saudável e segura e que mantenham capital e reservas suficientes para suportar os riscos inerentes a seus negócios” (BIS, 1997)

O Novo Acordo de Basiléia encontrava-se sob uma ótica mais ampla do que o Basiléia I, pois o risco operacional passara a ser tratado assim como os riscos do crédito e de mercado. Conforme Assaf Neto (2011) entende-se risco operacional como sendo a possibilidade de perdas provenientes de falhas humanas, sistemas, eventos externos, fraudes, entre outros.

Conforme Peppe (2006), a estrutura do Novo Acordo de Basiléia proposta dividia-se em três pilares. O pilar I: exigências de capital mínimo – nível de capital maior para os devedores que tiverem níveis elevados de risco de crédito. Pilar II: Supervisão Bancária – foram atribuídas aos reguladores responsabilidades na aferição da qualidade das informações, acompanhamento das políticas de investimentos e alocações de recursos dos bancos. Pilar III: Disciplina de Mercado – aumento no volume de informação divulgada pelas instituições.

A "auto-regulação supervisionada", exposta anteriormente, apresenta-se como mais um dos estranhos conflitos induzidos pelos acordos, seria possível uma instituição buscar o aumento significativo de seus resultados e sua participação no mercado, e conjuntamente preocupar-se com a estabilidade do sistema? Acerca das limitações dos agentes, no Basiléia II, o Comitê reconhece:

“Um dos elementos mais desestabilizadores da crise, foi o caráter procíclico da amplificação de choques financeiros no sistema bancário, mercados financeiros e o restante da economia. (...). Tais medidas vão ajudar a fazer com que o setor bancário absorva os choques financeiros, ao invés de transmitir riscos para o sistema financeiro e o restante da economia” (BCBS, p. 5).

O Basiléia I não limitava a atuação das instituições, desde que fossem atendidas as exigências estabelecidas pelo comitê. Já o novo acordo, ao abordar a utilidade da mensuração e precificação do risco operacional, versou também sobre a importância do acompanhamento da operação bancária e análise do capital mínimo requerido.

Com base nos estudos acerca do *crash* de 2008, o Comitê propôs o Basiléia III, uma reformulação das regulações vigentes como uma resposta imediata e direta à crise. Segundo Martins (2011) o Basiléia III apresenta um caráter mais generalista que os demais acordos, reconhecendo que o mesmo deve ser aplicado destacadas à totalidade do sistema bancário.

A respeito da capacidade de suportar perdas e da manutenção de níveis de capitais mais elevados, se propôs uma margem adicional de capital, capital de conservação (*capital conservation buffer*), exigida como meio de absorção de perdas advindas das crises. O Basiléia III representa um significativo avanço no sentido de responsabilização das instituições ao propor a exigência de capitais adicionais às instituições maiores, uma maior qualidade do capital próprio à disposição e criação de ferramentas e mecanismos de imposição de perdas aos controladores das instituições (TURNER, 2009).

A inconformidade existente no Basiléia II que partia do pressuposto que os agentes do

sistema financeiro eram capazes de precificar e gerenciar seus riscos corretamente, foi corrigida no Basileia III, onde o Comitê reconhece a limitação e avança na responsabilização das instituições e de seus controladores pelas perdas originadas a partir de suas operações. Importante salientar que a exigência de qualidade e aumento do capital mínimo requerido podem provocar fusões e aquisições de bancos menores por conta de sua reduzida capacidade de capitalização (PINHEIRO, SAVÓIA E SECURATO, 2015).

Por fim, vale destacar que a estabilidade sistêmica representa um importante sustentáculo do crescimento. Minsky (1986) e Keynes (1936) defendem que as falhas do mercado sejam suprimidas pela intervenção do Estado na economia, possibilitando assim mais estabilidade e minimizando os resultados negativos dos ciclos econômicos.

2.2 Risco de Crédito e suas abordagens

Entende-se risco de crédito como a associação da probabilidade de acontecimentos alheios à vontade humana, aleatórios e futuros em um determinado evento, e os impactos (positivos ou negativos) provenientes deste, caso ele ocorra. Ferreira (2014) evidencia uma forte correlação entre os níveis de crédito excessivo e as crises no sistema bancário.

Carvalho (2009) cita que quanto maior o rigor na determinação do risco e nas métricas do modelo de gestão, maior será a probabilidade de acerto na tomada de decisão. Pode-se elencar como fatores significativos na implementação dos modelos de gestão de risco de crédito: Fatores quantitativos (BREIA, MATA E PEREIRA, 2014) - resumir e sistematizar as informações financeiras, e comparar o desempenho econômico e financeiro (históricos e setoriais). Fatores qualitativos (Gaspar, 2014 e Conceição, 2013) - características de governança, capacidade de gestão, estratégia competitiva, e características do setor.

Adicionalmente Carvalho (2009) destaca que além da definição da política de gerenciamento do risco do crédito, da avaliação inicial e monitoramento dos riscos, faz-se necessário também acompanhar os resultados obtidos ao longo do tempo, para revisão das metas, divulgação das informações e dos resultados obtidos na concessão de crédito, como

uma forma de garantir a eficiência da gestão.

Ferreira (2014) expõe que a gestão usual e rudimentar do risco de crédito, onde as instituições bancárias tomavam o risco para si, deu lugar às operações dinâmicas onde o excesso dos riscos era transformado em ativos a serem negociados no mercado. A securitização permitiu que ativos pouco líquidos se transformassem em produtos financeiros comercializáveis nos mercados de capitais. Conforme Plihon (1995) as transações financeiras em sua maioria tornaram-se especulativas.

Com a evolução dos modelos de crédito e dos instrumentos financeiros, a diminuição dos riscos assumidos tornou-se uma forma de possibilitar melhores resultados das instituições, todavia, há de se alertar que esta estratégia possibilitou a comercialização de ativos de qualidade duvidosa e acabou por expor ao mercado um elevado risco de contágio. Conforme Buchanan (2016), pode-se associar a securitização à falência de instituições renomadas como a Merrill Lynch, Bear Stearns, Lehman Brothers e AIG.

Conforme Jorion (2003), as empresas mais bem-sucedidas são as que lidam melhor com os riscos, pois a gestão dos riscos está diretamente relacionada com o êxito nos negócios das empresas. Classifica-se a procura por ferramentas mais eficientes de gestão das operações de concessão de crédito, como um dos principais problemas das instituições desde o princípio de suas atividades. Importante incluir a inovação tecnológica como sendo um fator a ser observado pelos gestores das instituições, com o advento da internet e o crescimento exponencial das atividades desenvolvidas por aplicativos de smartphones e pelas startups, a participação de mercado e captação de clientes mostra-se em muitos casos fluida e voraz (CAOUILLE, ALTMAN E NARAYANAN, 1998).

2.3 Situação Econômica: Crescimento, Desenvolvimento e Recessão.

As teorias do crescimento e do desenvolvimento econômicos baseiam-se em abordagens de longo prazo, e suscitam debates recorrentes. Acerca do crescimento, Furtado (1983, p. 90) afirma que “o conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não

implica, necessariamente, modificações nas funções de produção.”

De acordo com Sachs (2004), em episódios de ritmo acelerado do crescimento econômico, este não pode ser entendido como desenvolvimento, já que este se relaciona com a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Milone (1998) defende que a caracterização do desenvolvimento carece de uma observação da existência de variação positiva de crescimento econômico ao longo do tempo, medida pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita, de redução da pobreza, desemprego e desigualdade.

Importante salientar a complexa relação do desenvolvimento com a sustentabilidade, apesar do tema ser recente, inúmeros estudos têm sido realizados acerca do impacto do desenvolvimento no meio ambiente. Brasileiro (2006, p.88) defende que o desenvolvimento contemple “a distribuição desigual das riquezas; o agravamento da pobreza e exclusão social; a precarização das relações de trabalho; e o esgotamento dos recursos naturais”.

Fernandes (2003) define que o desenvolvimento sustentável, vendido à sociedade e difundido pelo senso comum, desvia o foco do debate acerca das diferenças, entre grupos sociais e entre nações, muitas delas geradas pela forma de organização social de produção, ou seja, pelo sistema econômico de mercado. Este versa, ainda, que a procura pelo desenvolvimento sustentável, pode ser classificada como uma forma de consolidação e ampliação do poder dos países dominantes, já que o discurso de controle e manutenção do meio ambiente se choca com a necessidade de uma grande parcela da população mundial ter fome, e baixíssimos níveis de renda, escolaridade e saúde.

Entende-se recessão como sendo a retração geral da atividade econômica, gerando queda nos níveis de produção, na renda familiar, nas taxas de lucro e aumento do desemprego, das falências, da capacidade ociosa, e dos níveis de investimento. Recessões são eventos marcantes para as economias nacionais, assim como para o desempenho das firmas individuais (CABALLERO; HAMMOUR, 1994).

3. Metodologia da Pesquisa

Optou-se por uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental a partir das bases de dados Scopus, Scielo, Minerva/UFRJ, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, e outros repositórios de conceituadas instituições de ensino superior. Bem como através de artigos científicos, livros, notas técnicas, orientações, sites do BACEN, DIEESE, IBGE, Ipeadata, ILO, ONU e outros. Segundo Neves (1996), pesquisas qualitativas são aquelas em que o pesquisador procura entender os fenômenos, sob a mesma perspectiva dos participantes da situação estudada e, conseqüentemente, elucida sua interpretação dos fatos estudados através de artigos e documentos.

Para o desenvolvimento dos estudos foram utilizadas abordagens bibliográficas coletando os artigos nas bases acima citadas através das palavras chave: Crise e Crédito e Basiléia e Desenvolvimento ou Finanças (Crisis and Credit and Basel and Development or Finance). Estas palavras foram utilizadas dentro dos motores de busca da Scopus, Scielo para coleta parcial dos artigos pesquisados no período de 01/2018 – 03/2018.

Na visão de Gil (1999), as pesquisas bibliográfica e documentais se assemelha no que tange alguns aspectos relacionados a acessibilidade das obras e a disposição pública do documento para o livre acesso. Neste sentido optou se por disponibilizar os links e datas dos acessos das obras que contam neste estudo conforme descrito no próximo parágrafo.

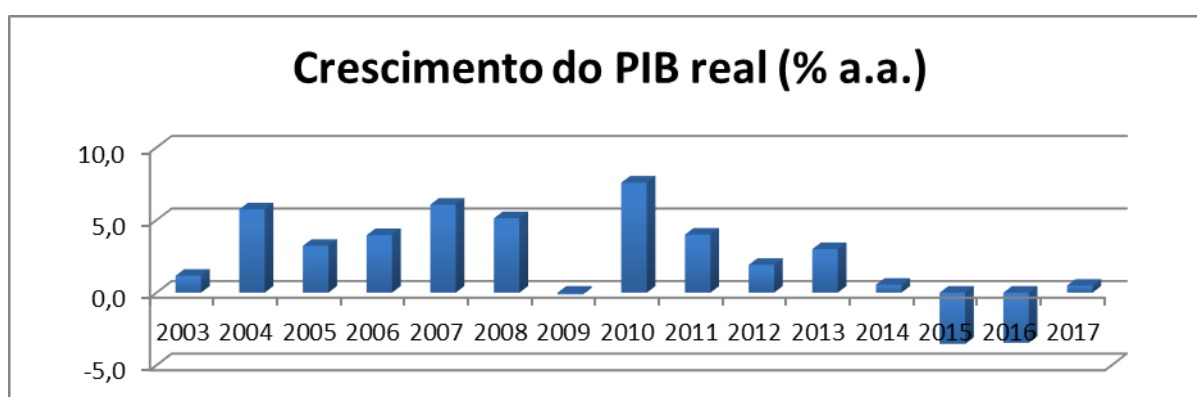
Em relação à análise dos dados, buscou-se verificar o conteúdo dos documentos de forma que pudesse ser confrontado com a literatura, no sentido de verificar as suas respectivas corroborações ou não buscando-se possíveis hiatos. A Pesquisa documental foi realizada verificando-se as características de domínio público dos documentos com base nos links abaixo: (<https://www.elsevier.com/americalatina/pt-br/scopus> - acesso em 24/05/2013), Scielo (<http://www.scielo.org/php/index.php> - acesso em 15/08/2017), Minerva/UFRJ (<https://minerva.ufrj.br> – acesso em 22/08/2017), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (<http://www.teses.usp.br> – acesso em 03/09/2017), e outros repositórios de conceituadas instituições de ensino superior como UNB (<http://repositorio.unb.br> – acesso em 05/09/2017), UNICAMP (<http://repositorio.unicamp.br> – acesso em 14/09/2017), UFPR

(http://www.portal.ufpr.br/teses_acervo.html - acesso em 21/09/2017), etc.]

4. Análise dos Resultados

4.1. Análise do Brasil entre 2003 e 2017

Acerca dos resultados econômicos, observa-se que o PIB real cresceu 2,4% no período, tendo sido negativo apenas nos anos 2009, 2015 e 2016.



Fonte: Ipeadata, 2018.

Pode-se analisar as taxas de crescimento real agrupadas, tanto em três grupos de cinco anos, como separando os ciclos de expansão e recessão.

Crescimento do PIB real (% a.a.) em períodos

	2003/2007	2008/2012	2013/2017	2003/2013	2014/2017
PIB	4,0	3,7	-0,6	3,8	-1,5

Fonte: Ipeadata, 2018.

O Brasil viveu tempos de significativa elevação da atividade econômica entre 2003 e 2013, com crescimento médio de 3,8%, fruto de intensos investimentos tanto na infraestrutura, quanto no social, havendo aumentos reais no salário mínimo, distribuição de renda e riqueza, implantação da política de conteúdo nacional fortalecendo a industrialização, realização de acordos comerciais sul-sul, implantação do Programa Bolsa-Família que representou um importante elemento de justiça social que trouxe tanto ganhos para a

população quanto para o resultado do PIB.

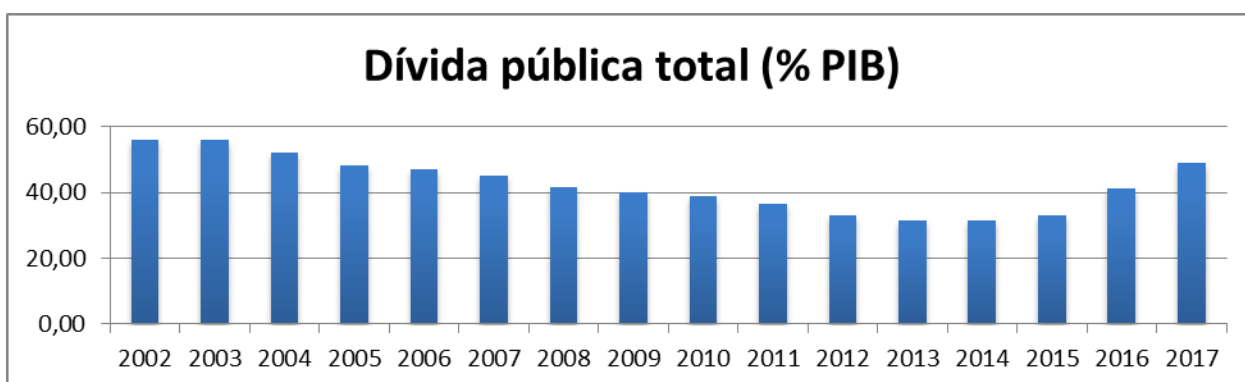
Este período foi interrompido com a decisão do governo em instituir medidas contracionistas (“austericídio”) com o agravamento da crise mundial, e por conta também das acaloradas disputas políticas que paralisaram o país por anos e tornaram qualquer movimento em direção ao controle inflacionário, desvalorização do câmbio e acréscimo do desemprego, nulos ou ineficientes. Importante destacar que o fator político representou grande parte dos resultados negativos, tendo um senador da república, que havia sido derrotado nas Eleições de 2014, chegado a dizer que iria obstruir votações, na Câmara e no Senado, para paralisar e derrubar o governo da presidenta Dilma. O que de fato ocorreu e representou uma guinada econômica em direção ao neoliberalismo.

Analisando a taxa de câmbio entre os anos 2002 e 2017, podemos observar que a média da taxa de câmbio livre foi de R\$ 2,45, sendo a série iniciada em 02/02/2002 com o valor de R\$ 2,30 e finalizada em 29/12/2017 no valor de R\$ 3,30. Para objeto de estudo utilizaremos a barreira de R\$ 2,50 como teto para o câmbio, essa barreira foi ultrapassada em 2002 (23/05 – R\$ 2,53) com a aproximação das eleições presidenciais, chegando a quase quatro reais após a disputa do segundo turno onde o presidente Lula se elegeu. A segunda vez que o valor de R\$ 2,50 foi furado deu-se exatamente no dia seguinte ao segundo turno das eleições presidenciais de 2014, quando o câmbio abriu com R\$ 2,53 e até hoje mantém-se acima deste limiar. Importante destacar a influência das eleições presidenciais na taxa de câmbio, a barreira estipulada de R\$ 2,50 não foi ultrapassada nem pela crise do *subprime*, evidenciando a forte influência neoliberal, econômica e política, na série histórica observada.



Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN, 2018.

A expansão vivida no Brasil entre 2003/2013 foi por muitas vezes associado há uma política de endividamento da máquina pública, descontrole inflacionário e altas taxas de inadimplência. A respeito da dívida pública total em relação ao PIB, temos nos anos 2002 e 2003 uma dívida praticamente estável, sendo 55,81 e 55,84%, respectivamente. Importante salientar que o ciclo de crescimento citado anteriormente, deu-se em paralelo com a redução do endividamento público, caindo do valor de 55,84 para 31,44% em 2014, deixando margem para políticas anticíclicas como as implementadas após a crise de 2008. Estes números demonstram que o crescimento brasileiro, do período, não possuiu forte dependência de financiamento estatal a partir de dívidas públicas.



Fonte: Ipeadata, 2018.

A política de valorização real do salário mínimo iniciada em 2003 proporcionou um ganho real à população de 77% até 2017, quando o “governo Temer” aboliu esta política de

valorização contínua e elevada, que contribuía tanto para o aumento do mercado interno, fortalecendo a economia, quanto para a redução das desigualdades sociais.

Reajuste do Salário Mínimo 2003-2018

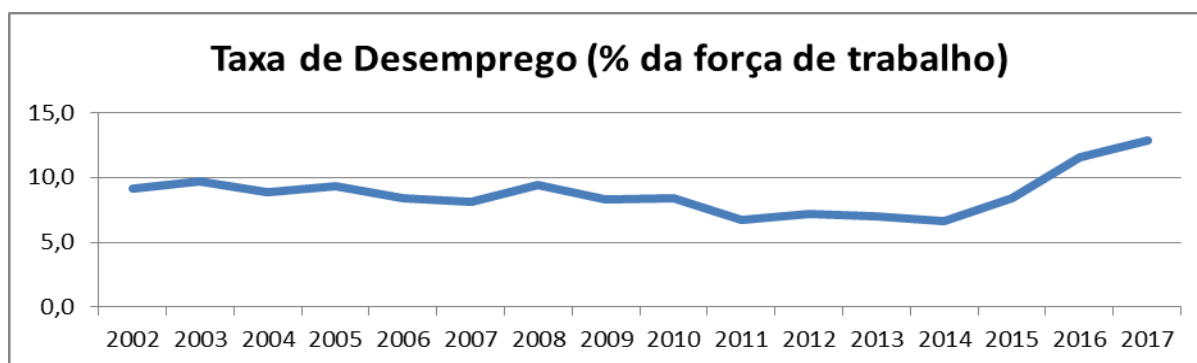
Período	Salário Mínimo	Reajuste Nominal	INPC	Aumento Real
	R\$	%	%	%
abr/02	200			
abr/03	240	20	18,54	1,23
mai/04	260	8,33	7,06	1,19
mai/05	300	15,38	6,61	8,23
abr/06	350	16,67	3,21	13,04
abr/07	380	8,57	3,3	5,1
mar/08	415	9,21	4,98	4,03
fev/09	465	12,05	5,92	5,79
jan/10	510	9,68	3,45	6,02
jan/11	545	6,86	6,47	0,37
jan/12	622	14,13	6,08	7,59
jan/13	678	9	6,2	2,64
jan/14	724	6,78	5,56	1,16
jan/15	788	8,84	6,23	2,46
jan/16	880	11,68	11,28	0,36
jan/17	937	6,48	6,58	-0,1
jan/18	954	1,81	2,07	-0,25
Total período	-	377	170,15	76,57

Elaboração: DIEESE.

Conforme a Nota Técnica n 188 – DIEESE estima-se que a política de valorização real, proporcionou uma melhora na renda de 48 milhões de pessoas que possuem seu

rendimento referenciado no salário mínimo e incremento de R\$ 10,5 bilhões na economia através do incremento da renda, onde R\$ 5,6 bilhões corresponderam à arrecadação dos tributos do consumo.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) possui duas bandeiras fundamentais, o pleno emprego e o trabalho decente. A relação entre a atividade e o mercado de trabalho como sendo a relação da taxa de desemprego com o produto da economia. Esta equação estabelece uma relação matemática entre a elevação do produto e a variação do desemprego (BLANCHARD, 2007). Espera-se uma relação negativa entre essas duas variáveis, o aumento/redução no crescimento do PIB deve resultar em uma redução/aumento do desemprego.



Fonte: International Labour Organization (ILO), 2018.

A economia brasileira em 2004 iniciou uma recuperação acentuada, propiciada em grande parte pela elevação das exportações de *commodities*, expansão do consumo, com base em uma maior concessão de crédito, e controle da inflação, representando assim uma fase de crescimento que gerou impactos positivos no mercado de trabalho (BALTAR *et al.*, 2010).

As taxas de desemprego possuíam tendência de queda de 2003 a 2008, quando se elevaram por conta da crise americana. As medidas tomadas pelo governo brasileiro propiciaram a continuidade da redução no desemprego, comportamento este que teve seu término com as mudanças na condução econômica em 2015, reforçando o caráter procíclico da equipe econômica à época.

Importante destacar que nas mulheres o desemprego se mostrou em média 4,2% maior do que nos homens, entre os anos 2002 e 2017, portanto constata-se uma significativa disparidade de gênero no emprego.

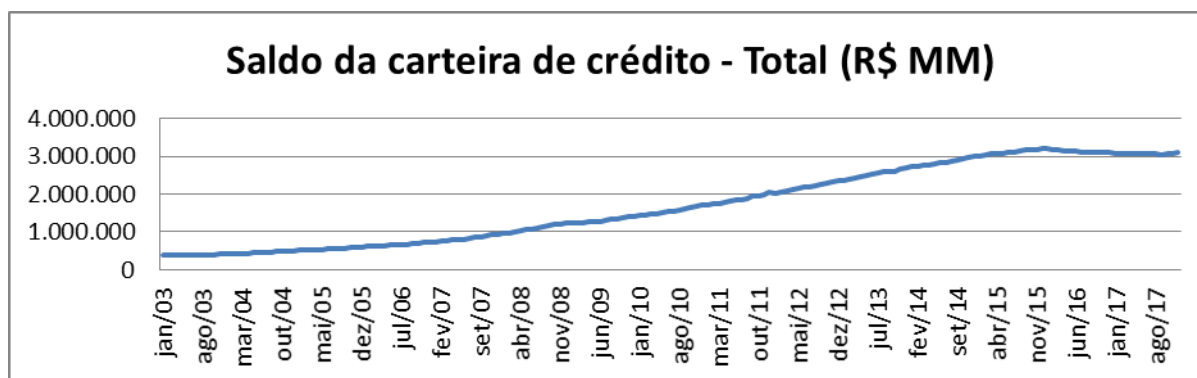
Taxa de desemprego (% da força de trabalho)

Ano	Total	Homens	Mulheres	M - H
2002	9,1	7,3	11,7	4,3
2003	9,7	7,8	12,4	4,7
2004	8,9	6,8	11,8	5,0
2005	9,3	7,3	12,0	4,7
2006	8,4	6,4	11,1	4,7
2007	8,1	6,0	10,9	4,9
2008	9,5	7,2	12,5	5,3
2009	8,3	6,2	11,1	5,0
2010	8,4	6,3	11,2	4,9
2011	6,7	4,9	9,2	4,3
2012	7,2	5,8	9,1	3,3
2013	7,0	5,7	8,8	3,1
2014	6,7	5,6	8,1	2,6
2015	8,4	7,2	10,1	2,9
2016	11,6	10,2	13,5	3,4
2017	12,9	11,2	15,1	3,9
média	8,8	7,0	11,2	4,2

Fonte: International Labour Organization (ILO), 2018.

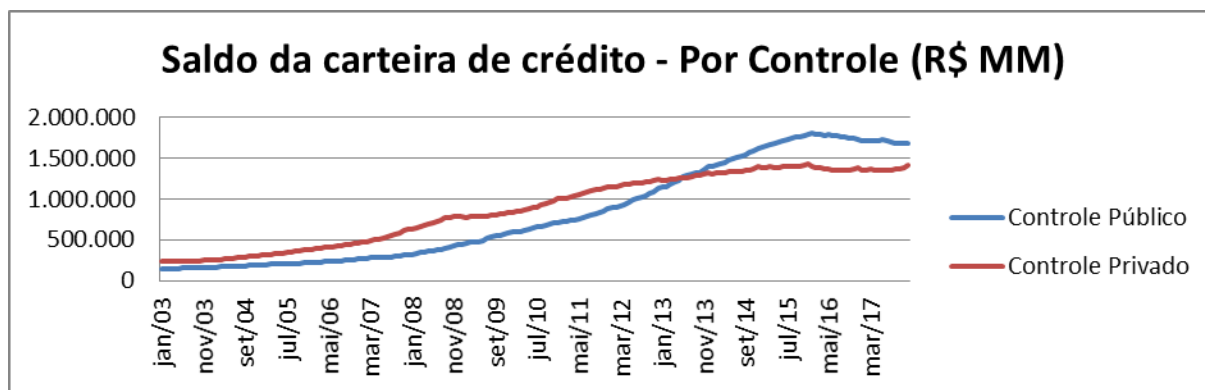
A disponibilidade de financiamento fomenta a economia de um país, sendo importante para o desenvolvimento, com crédito, as empresas podem aumentar sua produção e as famílias podem elevar seu consumo de bens e serviços. Schumpeter (1911) introduziu que o

crédito possui relação direta com o desenvolvimento.



Fonte: BACEN, 2018.

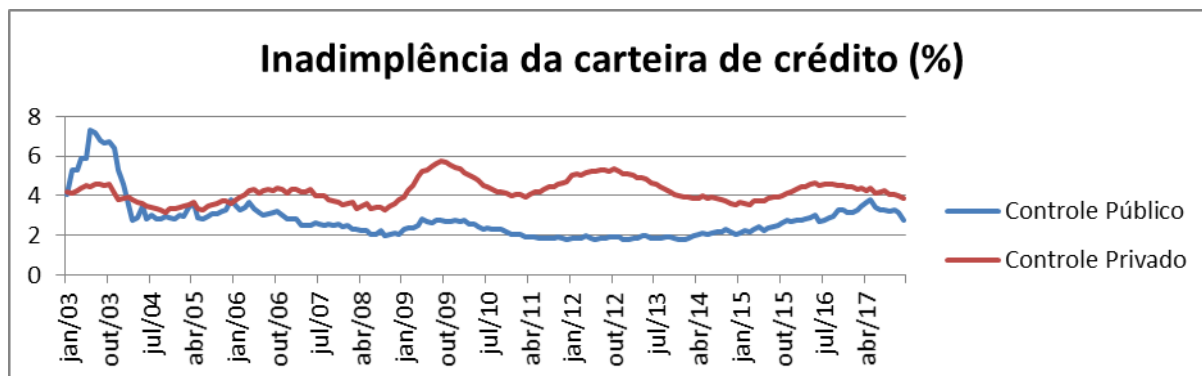
A alta do crédito disponível no Brasil, conforme exposto acima, exemplifica a ascensão constante das carteiras, o movimento de alta iniciado em 2004 só foi freado em 2016, quando o saldo de janeiro foi 0,66% menor do que o mês anterior. A queda do saldo da carteira chegou a 4% no mês de dezembro de 2017, também comparada com o mesmo mês de 2015, última marcação da tendência de alta.



Fonte: BACEN, 2018.

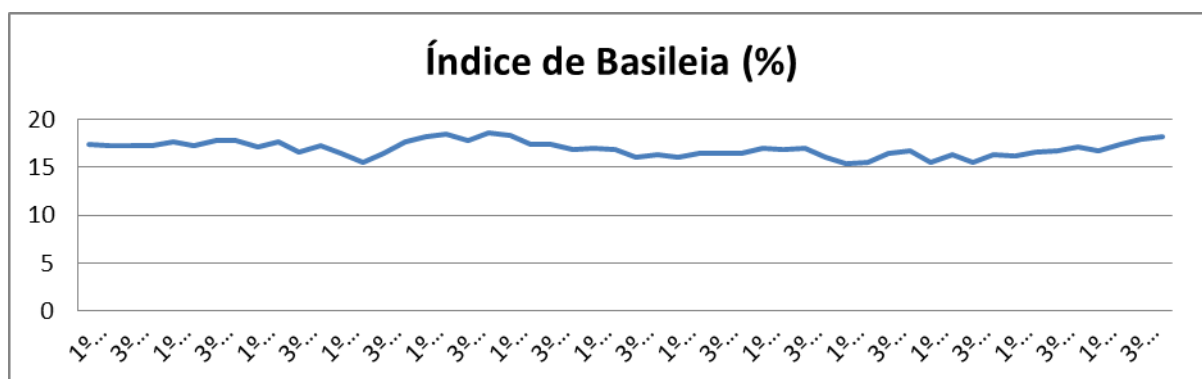
A elevação das carteiras foi liderada inicialmente pelas instituições privadas (IPEA, 2011), até que em fevereiro de 2013 os bancos públicos assumiram a dianteira nas concessões de crédito, ocupando uma relevante participação no mercado por conta da diminuição nas carteiras privadas por conta da deterioração das expectativas e agravamento da crise internacional, configurando uma atuação procíclica dos bancos privados. A decisão do

governo de capitalizar os bancos públicos e os tornarem capazes de intervir na economia, foi um fator essencial para não haver um colapso no sistema de crédito (CARVALHO, OLIVEIRA E TEPASSÊ, 2010).



Fonte: BACEN, 2018.

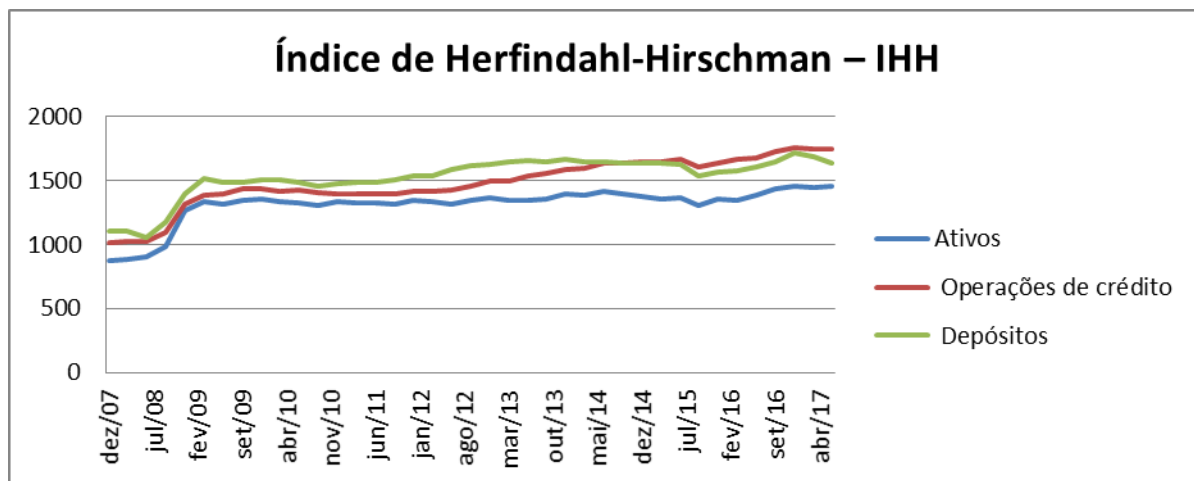
A taxa de inadimplência média dos bancos públicos no período marca 2,78%, para os bancos privados, 4,22%. Vale destacar que apesar de aumentar suas carteiras em aproximadamente 1000%, a elevação na inadimplência das instituições públicas pouco subiu.



Fonte: BACEN, 2018

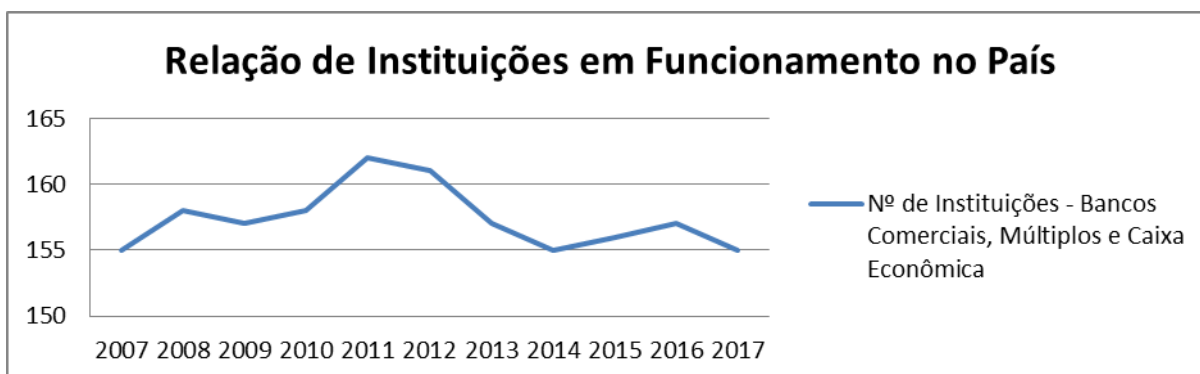
O descasamento do fluxo de caixa, quanto aos prazos de pagamento e recebimento, figura como sendo um dos principais riscos da atividade bancária, o Índice de Basileia simplifica a verificação da “saúde” da instituição bancária, sendo que o índice deve estar

acima de 10,5%, quanto maior, melhor. No 4º trimestre de 2017, 18,151% era a média do índice dos bancos brasileiros, já a do período (2005-2017) marca 16,93%, o que indica segurança no sistema financeiro brasileiro.



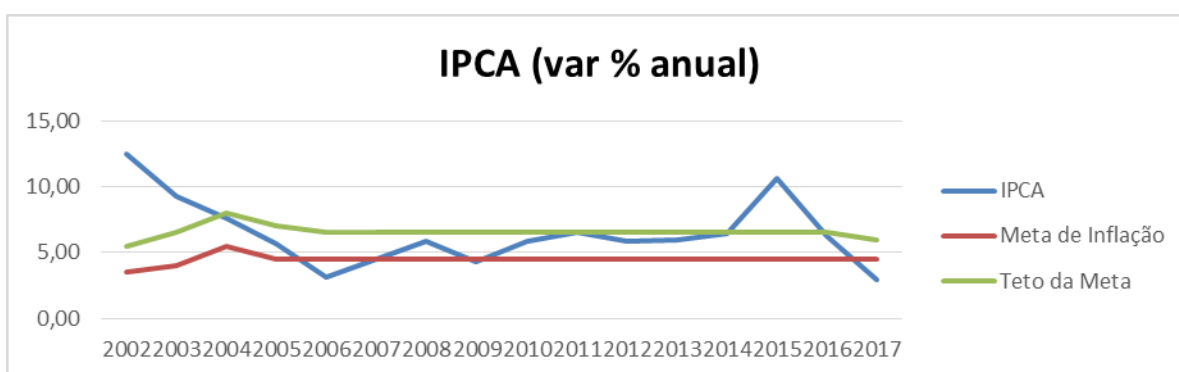
Fonte: BACEN, 2018.

O Índice de Herfindahl-Hirschman verifica os níveis de concentração econômica e representa um significativo avanço acerca dos mecanismos antitruste. Os valores de IHH obtidos após a crise de 2008 exemplificam uma significativa redução na concorrência, tendo as Operações de Crédito, Ativos e Depósitos alcançado a faixa entre 1.000 e 1.800, que classifica o mercado como moderada concentração. Importante destacar que as Operações de Crédito e Depósitos estão próximos de ultrapassar a marca dos 1.800, ou seja, passando desse ponto o mercado será de elevada concentração. Considerando que o IHH tende a alcançar o maior nível de concentração bancária, o que em grande medida já pode ser sentido pelos clientes, pode-se verificar que o número de instituições bancárias em funcionamento no país, bancos comerciais, múltiplos e Caixa Econômica Federal, pouco se alterou.



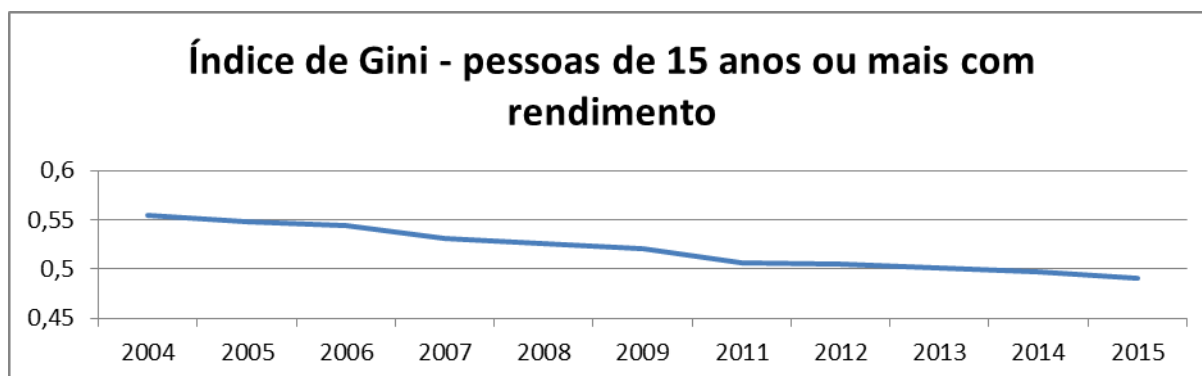
Fonte: BACEN, 2018.

A respeito da aferição do comportamento do Índice Nacional De Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pode-se observar que o teto da meta de inflação foi ultrapassado apenas nos anos 2002, 2003 e 2015, sendo a média do período, 2002 a 2017, 6,46%. Apesar da média do índice na série analisada não ser baixa, não houve um descontrole inflacionário durante o período de expansão da economia brasileira. Vale ressaltar, que após a convergência em direção a faixa entre a meta e o teto, este só foi ultrapassado em 2015, ano marcante para o país, onde aprofundou-se a crise política e teve início uma nova política econômica.



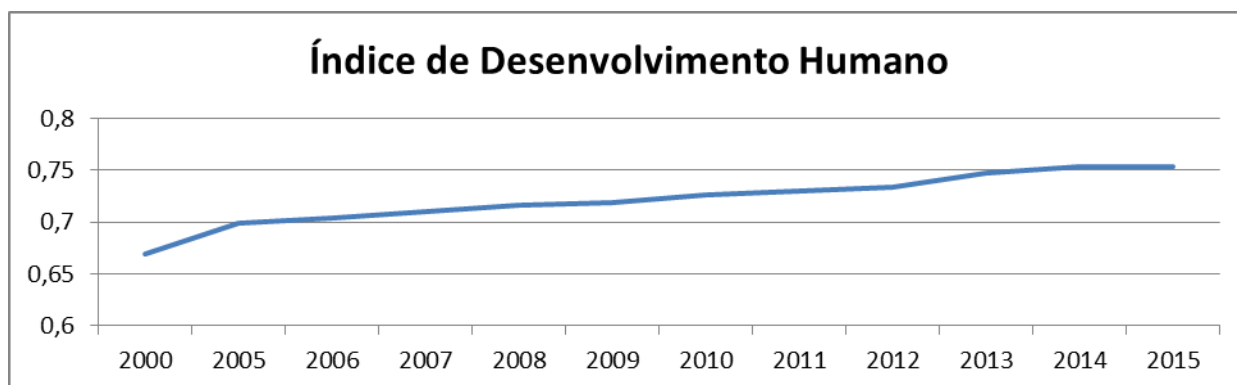
Fonte: BACEN e IBGE, 2018.

A análise dos indicadores quantitativos mostra-se importante para identificar possíveis entraves e soluções com objetivo de promover o crescimento, mas faz-se necessário também acompanhar os indicadores qualitativos que tratam das questões humanas, usaremos neste trabalho o IDH e o Índice de Gini.



Fonte: IBGE, 2018. (*) em 2010 não houve pesquisa.

O Índice de Gini é um instrumento de aferição da desigualdade na distribuição de renda, onde zero corresponde a uma situação de igualdade, e 1 uma situação de desigualdade extrema. Analisando o gráfico acima, podemos concluir que as medidas promovidas pelo governo federal foram eficientes no combate às desigualdades, havendo uma redução de 11,53% no período analisado, 2004 a 2015 (exceto o ano de 2010, quando não houve a PNAD). Apesar da desigualdade na distribuição de renda ainda ser elevada quando comparada a outros países, verifica-se uma representativa redução nos últimos tempos (IPEA, 2008).



Fonte: PNUD/ONU, 2018.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) congrega dados de educação, PIB *per capita* e expectativa de vida ao nascer. É a medida mais conhecida e utilizada acerca do desenvolvimento humano (TORRES, FERREIRA, & DINI, 2003). Analisa-se o índice, a

partir do princípio que zero marca a pior e um a melhor situação de desenvolvimento. Importante destacar que o excesso de desigualdade de renda no Brasil, faz com que países que possuem rendas per capita parecidas apresentem uma situação menor de pobreza (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2001). Analisando o gráfico acima, pode-se perceber que o crescimento do índice no período foi de 12,73%, reafirmando a tese de que as políticas de crescimento e desenvolvimento proporcionaram uma melhora na qualidade de vida das pessoas. Vale destacar também que as intervenções anticíclicas do governo na economia se mostraram bem satisfatórias quando analisamos a continuidade no movimento de melhora na situação de desenvolvimento humano pós-crise de 2008.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou uma apreciação dos Acordos de Basiléia, uma ponderação sobre o risco de crédito, sua gestão e mensuração, bem como a análise do Brasil, entre os anos 2003 e 2017, sob a luz dos indicadores econômicos e sociais.

Constatou-se com base no objetivo principal do estudo que os acordos de capitais sozinhos não previnem as crises, principalmente por conta das motivações dos países formuladores das orientações, das dificuldades de implantação das medidas, e pelas relações conflituosas entre os papéis de regulador e regulado, que por vezes se misturam. Diante dos achados do trabalho percebe-se uma contradição dos acordos, pois não há como garantir que o regulado altere seus modelos para diminuição dos riscos quando estes prejudiquem em grande medida os seus lucros.

Acerca dos resultados obtidos mostra-se que a taxa de 3,4% de crescimento econômico no período 2003 a 2013, expõe um aumento significativo do produto, mas ao contrário do que o ideário neoliberal vende à sociedade, neste intervalo de tempo, não observa-se a elevação da dívida pública, já que esta foi reduzida de 55,84 para 31,44%, nem descontrole inflacionário e altas taxas de inadimplência, pois o IPCA se manteve entre a meta e o teto da meta neste íterim, e a taxa de inadimplência não sofreu alterações representativas, mesmo com o aumento significativo das carteiras de crédito.

A respeito da taxa de câmbio, vale destacar que esta possui forte influência política,

pois a barreira estipulada de R\$ 2,50, não foi ultrapassada nem pela crise do *subprime*, sendo vencida apenas com o aumento da probabilidade de Lula da Silva ser eleito em 2002, e no dia seguinte à reeleição de Dilma Rousseff em 2014.

O período analisado demonstra um aumento de 77% no salário mínimo real, redução na taxa de desemprego e aumento significativo nas carteiras de crédito, inicialmente por um movimento puxado pelo setor privado, e posteriormente, o setor público assumindo a liderança na expansão das linhas de financiamento disponíveis. A respeito do sistema bancário, pode-se observar que o Índice de Basileia do período possui taxa média de 16,93%, evidenciando uma segurança no mercado brasileiro, já o IHH, denota uma tendência de elevação na concentração após o *crash*, todavia não se observa diminuição no número de instituições em funcionamento do país.

Acerca dos indicadores sociais, constata-se um crescimento de 12,73% no IDH e uma redução de 11,53% no Gini. Sendo assim, importante destacar que o ciclo de crescimento observado entre 2003 e 2013, sustentado na expansão do crédito, na valorização real do salário mínimo e na redução da taxa de desemprego, proporcionou aos brasileiros uma melhora em sua situação de desenvolvimento humano e diminuição da concentração de renda e riqueza, ratificando assim o sentimento popular de melhora na qualidade de vida e um representativo avanço em direção a justiça social.

Com base neste estudo, pode-se concluir que as políticas anticíclicas adotadas pelo governo após a crise de 2008 asseguraram a continuidade no comportamento de redução das desigualdades sociais e econômicas. A respeito do agravamento da crise financeira, faz-se necessário pontuar que havia margem para a adoção de novas políticas anticíclicas, mas o governo ao assumir o movimento procíclico gerou incerteza, instabilidade e agravamento nas expectativas, impulsionando assim os resultados negativos.

Por fim, deve-se defender a supremacia do interesse público e a continuidade das políticas sociais como ferramentas de inclusão e combate às desigualdades, sobre os interesses econômicos e financeiros das corporações. Apesar de conceituar as crises como um evento estrutural do capitalismo, vale destacar que faz parte das atribuições de um governante

intervir na economia para assegurar o pleno emprego, o trabalho decente e as conquistas de direitos, pois só assim teremos uma sociedade mais justa e igualitária.

5. Referências

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 9ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.

BALTAR et al. *Moving towards decent work. Labour in the Lula government: reflections on recent Brazilian experience. In: Global Labour University Working Papers*, n. 9, p. 38, 2010.

BARROS, R.; HENRIQUES, R. E MENDONÇA, R. Estabilidade inaceitável. IPEA, Rio de Janeiro, jun. 2001

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. A new capital adequacy framework: pillar 3 – market discipline. January, 2000.

BLANCHARD, Ken. Liderança de Alto Nível: Como criar e liderar organizações de alto desempenho. 1ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2007.

BRASILEIRO, Maria Helena Martins. A organização social e produtiva como estratégia e fortalecimento do capital social em destinos turísticos. In Cadernos de análise regional. Programa de pós-graduação em desenvolvimento regional e urbano da Universidade de Salvador. Ano 9, v.5, nº1. Salvador: Universidade Salvador – UNIFACS, 2006.

BREIA, Arménio F.; MATA, Mário Nuno; PEREIRA, Vítor Manuel. - Análise Económica e Financeira. Rei dos Livros, 2014.

BUCHANAM, Bonnie G. *Securitization: A Financing Vehicle for All Seasons? Journal of Business Ethics*. 2016.

CABALLERO, R.J.; HAMMOUR, M.L. *On the Timing and Efficiency of Creative Destruction. NBER Working Paper No. 4768*, 1994.

CAOQUETTE, John B.; ALTMAN, Edward. I.; NARAYANAN, Paul. *Managing. Credit Risk – The Next Great Financial Challenge. Jhon Wiley & Son Inc.* Nova Iorque, 1998.

CARVALHO, A. G. T.; Acordo de Basileia II no Brasil: Implantação, Supervisão e Fatores

de Risco dos Principais Bancos Brasileiros. Dissertação de Mestrado Profissional em Regulação e Gestão de Negócios da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

CARVALHO, C. E.; OLIVEIRA, G. C.; TEPASSÊ, A. C. A relevância da atuação dos bancos públicos federais brasileiros diante dos impactos da crise financeira internacional. II Dossiê da Crise da AKB, Porto Alegre, 2010.

CARVALHO, Paulo Viegas de - Fundamentos da Gestão de Crédito: Uma contribuição para o valor das organizações. Editora: Sílabo, 2009.

CONCEIÇÃO, Ana Rita Neves da Silva – O Crédito Concedido às Empresas: antes e no decorrer da Crise Mundial. Análise e Gestão do Risco de Crédito. Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2013.

DIEESE. Nota Técnica – 188. Janeiro. 2018

DINIZ, Francisco. Crescimento e desenvolvimento econômico: modelos e agentes do processo. 2. ed. São Paulo: Edições Silabo, 2010.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento Sustentável: Antinomias de um conceito. Belém: AUA, 2003.

FERREIRA, Domingos – Finanças Tóxicas e Crises Financeiras. Rei dos Livros, 2014.

FONTES, V. Capitalismo, crises e conjuntura. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017.

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

GASPAR, Cecília. – Risco de Crédito: A importância da Gestão de Carteiras de Crédito. Inforbanca, 2014.

GIL. A. C. – Métodos e Técnica de Pesquisa Social .5ª edição – São Paulo Editora Atlas 1999.

GREENSPAN, A. O mapa e o território: risco, natureza humana e o futuro das previsões. 1 ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2013.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal: a atuação dos bancos públicos federais no período 2003-2010. Comunicado Ipea, n. 105, Brasília, ago. 2011.

IPEA. Comunicado da Presidência n. 9. PNAD 2007: primeiras análises. 2008.

JORION, Philippe. *Value at Risk: A Nova Fonte de Referência para o Controle do Risco de Mercado*. 2 ed. BM&F Brasil. São Paulo, 2003.

KEYNES, J.M. *General theory on employment, interest and money*. MacMillan, 1936.

KRUGMAN, P. A crise de 2008 e a economia da depressão. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.

LONGBRAKE, W. A.; ROSSI, C. V. *Procyclical versus Countercyclical Policy Effects on Financial Markets. Study prepared for the Anthony T. Cluff Fund. The Financial Services Roundtable. Financing America's Economy. July, 2011.*

MÄNNASSO, K. *The procyclicality of the Financial Sector: Nature, Implications and Policy Options. Kroon & Economy*, n. 2, 2003.

MARTINS, N. M. *Basiléia III: Novas Medidas, Velhos Problemas*. 2011.

MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et ali. *Manual de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

MINSKY, H. *Stabilizing an unstable economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. *Cadernos de pesquisa em administração*, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996

PEPPE, Márcio Serpejante. *O Novo Acordo de Basiléia*. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2006.

PINHEIRO, F. A. P., SAVÓIA, J. R. F. e SECURATO, J. R. Basileia III: Impacto para os bancos no Brasil. Basileia III: Impacto para os Bancos no Brasil R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 345-361, set./out./nov./dez. 2015.

PLIHON, D. A ascensão das finanças especulativas. Economia e Sociedade. vol. 5, 1995.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, R. L. Fraudes nas relações de trabalho: morfologia e transcendência. Revista do TRT da 2ª Região, São Paulo, n. 3, 2009.

SCHUMPETER, Joseph A. (1911). A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo. Abril Cultural, 1982.

TODARO, M. P. Economic Development. 6. ed. Longman: New York, 1997.

TORRES, Haroldo da Gama, FERREIRA, Maria Paula e DINI, Nádía Pinheiro - Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. São Paulo Perspec., jul./dez. 2003.

TURNER, A.. *Mansion House Speech. The Mansion House, London. The City Banque*